



apenas nesta seção

[Início](#) [Jornal do Senado](#) [Rádio Senado](#) [TV Senado](#) [Relações Públicas](#) [Senado na Mídia](#) [DataSenado](#) [Blog do Senado](#) [Campanhas](#)

ACONTECE

Acompanhe as notícias do Senado no Twitter @Agencia_Senado e-Cidadania é novo portal interativo do Senado [Veja a página especial multimídia sobre o Pacto Federativo](#)
[e-Cidadania é novo portal interativo do Senado](#)

- Conteúdo
- » [Últimas Notícias](#) » [Agenda](#) » [Pronunciamentos](#) » [Imagens do Senado](#) » [Entenda o Assunto](#) » [Glossário Legislativo](#)
 - » [Suplementos Especiais](#)
- Editorias
- » [Plenário](#) » [Comissões](#) » [Conselho de Ética](#) » [Especial](#) » [Presidência](#) » [CPIs](#) » [Institucional](#)
- Multimídia Redes Sociais
- » [Twitter](#) » [Facebook](#) » [Flickr](#) » [Política de Uso](#)
- Serviços
- » [Aplicativos](#) » [Newsletters](#) » [RSS](#) » [Widget](#)
- Expediente
- » [Quem Somos](#) » [Fale Conosco](#) » [Mapa do Site](#) » [Política de Uso Internacional](#)
 - » [Inglês](#) » [Espanhol](#)

Você está aqui: [Página Inicial](#) › [materias](#) › [2012](#) › [05](#) › [15](#) › [Marta Suplicy vai retomar proposta de Fátima Cleide para lei contra homofobia](#)

15/05/2012 - 17h41 Especial - Atualizado em 15/05/2012 - 17h41

Marta Suplicy vai retomar proposta de Fátima Cleide para lei contra homofobia



Tweetar 21

Curtir Confirm

Ricardo Koiti Koshimizu

- Últimas Notícias Mais Lidas
- 16h18 - Plenário [Ferraço diz que Lei do Acesso à Informação põe transparência no lugar da cultura do segredo](#)
 - 16h16 - Plenário [Vanessa Grazziotin destaca clima de unidade em lançamento da Comissão Nacional da Verdade](#)
 - 16h14 - Plenário [Lídice da Mata comemora instalação da Comissão da Verdade](#)
 - 16h14 - Plenário [Cyro Miranda defende fortalecimento da indústria nacional](#)
 - 16h11 - Comissões [Audiência pública vai debater livre exercício de](#)



Relatora do projeto de lei que criminaliza a homofobia, a senadora Marta Suplicy (PT-SP) disse pretender retomar o texto que havia sido proposto pela ex-senadora Fátima Cleide. Marta Suplicy, que atende pedido feito por representantes da comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), fez o anúncio durante seminário nesta terça-feira (15).

Fátima Cleide foi relatora da matéria ([PLC 122/2006](#)) até o início de 2011, quando terminou seu mandato. O texto que ela defendia era uma versão modificada do projeto apresentado dez anos antes pela ex-deputada federal Iara Bernardi. Marta Suplicy, que assumiu o cargo de senadora em 2011, substituiu Fátima Cleide na relatoria da matéria e fez outras modificações, visando obter um acordo com os parlamentares que se opõem à proposta.

Uma das mudanças feitas por Marta Suplicy foi a inclusão de um item para determinar que a nova lei “não se aplica à manifestação pacífica de pensamento decorrente da fé e da moral fundada na liberdade de consciência, de crença e de religião”. Esse item visava atender os que acusam o projeto de inibir a liberdade de expressão dos religiosos que se opõem ao homossexualismo.

– Negociamos durante meses. Os senadores que participaram das negociações tiveram boas intenções, mas não encontraram apoio em suas bases ou igrejas – disse ela, reiterando que agora sua intenção é retornar à proposta de Fátima Cleide, que foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) no final de 2009.

Apoio da sociedade civil

No entanto, Marta Suplicy argumentou que é preciso esperar pela “conjuntura certa” para votar – e aprovar – esse texto. Ela citou o exemplo do presidente norte-americano Barack Obama, que recentemente anunciou seu apoio ao casamento de pessoas do mesmo sexo. Apesar de ressaltar que a atitude de Obama foi “corajosa e histórica”, ela também avalia que “talvez ele sempre tenha sido favorável ao casamento gay, mas antes a conjuntura não lhe permitia assumir tal posicionamento”.

A senadora observou que, apesar da divisão na sociedade norte-americana sobre o assunto, pesquisas indicam o aumento do apoio ao casamento de pessoas do mesmo sexo naquele país. Para chegar a situação semelhante, sublinhou ela, é preciso mobilizar a sociedade brasileira.

– Só vamos mudar a situação atual e aprovar o projeto que criminaliza a homofobia quando os não gays assumirem que não querem mais violência e discriminação contra os homossexuais – afirmou.

Marta Suplicy reiterou que essa mudança de postura na sociedade brasileira é necessária para dar respaldo à “maioria silenciosa” de parlamentares que, segundo ela, apoiaria o projeto se não tivesse receio da reação contrária de seus eleitores. A senadora também avalia que a pressão da sociedade poderia levar a presidente Dilma Rousseff a adotar uma posição clara – e favorável – sobre o

crenças e cultos religiosos
Mais notícias
Mais Lidas



facebook

Criar uma conta ou [entre](#) para ver o que seus amigos estão fazendo.



Senado aprova novo regime previdenciário para servidores públicos federais

308 pessoas recomendam isso.



Profissionais de áreas da saúde prometem ir à Justiça em caso de aprovação do Ato Médico

1.397 pessoas recomendam isso.



Casildo Maldaner quer que microcervejarias e vinícolas sejam incluídas no Supersimples

401 pessoas recomendam isso.

Plug-in social do Facebook

Siga no Twitter



O Senado no Flickr



ENQUETE

16/05/2012 a 01/06/2012



Você é a favor ou contra o projeto que define o regime de

assunto.

Contrastes

O presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, comparou o caso do Brasil, onde o projeto de criminalização da homofobia tramita há cerca de dez anos no Congresso Nacional, com o de outros países da América do Sul. Ele lembrou que o congresso argentino aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2010, enquanto os parlamentares chilenos aprovaram rapidamente a criminalização da homofobia, no mês passado, após o assassinato de um jovem homossexual. Toni Reis também ressaltou que foi o Judiciário brasileiro que aprovou, há um ano, a união entre pessoas do mesmo sexo.

– Mais de três mil homossexuais foram assassinados no Brasil nos últimos anos. Mas o projeto ainda não foi aprovado – lamentou.

Toni Reis disse ainda que o projeto não afeta a liberdade de expressão dos religiosos que são contra o homossexualismo, desde que não se incentive a discriminação ou a violência.

– Eles podem dizer que é pecado, mas não que é doença ou que somos criminosos – acrescentou.

Posição semelhante foi manifestada pela ativista travesti Keyla Simpson, presidente do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Ao reconhecer as dificuldades para se aprovar o projeto, a magistrada Maria Berenice Dias, considerada uma das pioneiras na defesa dos direitos dos homossexuais, disse que Fátima Cleide não conseguiu se reeleger para o Senado justamente porque defendeu a proposta.

– Ela entregou seu mandato porque abraçou esta causa – frisou Maria Berenice, que é presidente da Comissão Especial da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Também participaram do seminário os senadores Ana Rita (PT-ES), Paulo Davim (PV-RN) e Paulo Paim (PT-RS).

Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Cidadão

[Fale com o Senado](#)

[Respostas rápidas](#)

[Glossário Legislativo](#)

[Projetos mais solicitados](#)

[Campanhas Institucionais](#)

[Visite o Senado](#)

[Endereço dos Gabinetes](#)

[Imprensa](#)

[Jornal do Senado - Publicações](#)

[Entenda o assunto](#)

[Clipping](#)

[Credenciamento](#)

[Serviços](#)

[INTRANET - Acesso restrito](#)

[Programa de Estágio](#)

[Licitações e Contratos](#)

[Acompanhamento de Matérias](#)

[Livraria do Senado](#)

[Entidades Parceiras](#)

separação de bens como próprio da união estável (PLS 616/2011)?

A Favor
Contra

[RESPONDER](#) [RESULTADOS](#)

[Comente o projeto](#)

[Clique aqui](#) para visualizar o projeto

[Resultados Anteriores](#)

Atenção

Os resultados da enquete representam a opinião das pessoas que votaram, não sendo possível extrapolá-los para toda a população brasileira.

Fonte: DataSenado